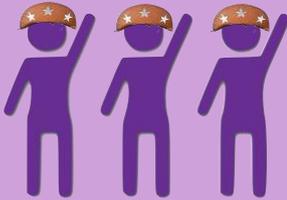




DOSSIÊ



Mãe Maré, o mangue vai acabar:

Processos de subjetivação e política da mariscagem.

Michele de Freitas Faria de VASCONCELOS, *Universidade Federal de Sergipe*.

Yasmin Adriane Mendonça da ROCHA, *Universidade Federal de Sergipe*.

Sandra Raquel de Oliveira SANTOS, *Universidade Federal de Sergipe*.

Resumo: Este artigo é resultado de uma pesquisa que se gesta por dentro do projeto de extensão Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras de Sergipe, parte do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC-SE). Germina-se por meio de um agenciamento com mulheres do Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS), de outros movimentos sociais e da Universidade Federal de Sergipe; desdobrando-se num processo de habitação coletiva, em defesa de territórios de vida tradicionais e da vida das mulheres, em particular, da vida das marisqueiras, que veem seus territórios existenciais cotidianamente ameaçados por empreendimentos capitalistas. A pesquisa, de inspiração etnográfica e cartográfica, utilizando-se dos procedimentos do diário de campo e da gravação em áudio de rodas de conversa, mira nos processos de invenção da vida cotidiana das mulheres no mundo do mangue, com ênfase nas táticas e estratégias de (re)existência por elas protagonizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Marisqueira. Cotidiano. Território. Resistência.



Michele de Freitas Faria de VASCONCELOS, Yasmin
Adriane Mendonça da ROCHA, Sandra Raquel de
Oliveira SANTOS.

No mundo do mangue, o compartilhar de um território existencial

Mangue... Mulheres das beiras d'água, dos rios e dos mares. Mulheres que se gestam na lama e sobrevivem da lama... Catadoras e encantadoras de mariscos: mulheres marisqueiras. O encontro com essas mulheres se deu a partir do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (Peac)¹, como uma oportunidade de acompanhar um grupo dessas mulheres por meio do objetivo institucional de prestar assessoria ao Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS)² — e para aprender com ele no próprio decurso de assessorá-lo. Nesse encontro e tessitura de redes molhadas movimento de abertura, um transbordamento: tornar habitável a fronteira onde se encontram e se transmutam uma realidade dada, representável (a realidade de mulheres marisqueiras) e um mundo que ainda não se conhece, mundo em germinação, uma movência, um “devir-mulher” (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Assim, por meio do objetivo instituído de assessorar, acompanhamos um movimento de composição entre mulheres em favor da obscenidade da educação, no sentido do que é deixado fora de cena nos espaços educacionais, recompondo neles outros corpos de mulheres e de trabalhadoras artesanais em artesanias da vida, em (des)aprendizagens. Argumentamos que é preciso desconstruir ensinamentos “hipo” para experimentarmos tantas outras subjetividades “hiper mulheres” (VASCONCELOS; CARDOSO; FELIX, 2018). Mas, como, por meio de uma extensão que se faz pesquisa; como acolher a novidade obscena da vida?

Iniciamos o projeto curiosas, afetivamente engajadas e cautelosas, experimentando a prudência de um corpo que quer se fazer na experiência, experimentando a fraqueza de sermos afetadas “pelas forças do mundo” (PELBART, 2013, p. 31) e, nesse percurso, ir construindo (e o gerúndio aqui não é por cacoete) uma “narrativa processual”, que possa

¹ O Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (Peac) diz respeito a uma medida condicionante de licença ambiental exigida pelo Ibama. O projeto tem como empreendedor a Petrobrás, é executado pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e desenvolve ações na perspectiva da Educação Ambiental Crítica, buscando o fortalecimento sociopolítico dos atores sociais diretamente afetados pela exploração de petróleo e gás.

² O Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS) é um movimento social, surgido em junho de 2016, que tem como objetivo central a organização e o fortalecimento político-afetivo das mulheres marisqueiras do estado de Sergipe. Desde a sua formação, o MMS luta pela defesa dos territórios de vida das marisqueiras, pela atenção aos direitos da mulher, pelo acesso a políticas públicas, pelo reconhecimento da profissão de marisqueira em suas especificidades e singularidades dentro da profissão da pesca artesanal etc.



acompanhar a dimensão de transmutação e de produção de subjetividade (PASSOS; KASTRUP, 2014, p. 216). Assim, o processo de pesquisar não se tratou de uma caça e registro apressado em nossos cadernos apenas do que fizesse sentido em consonância com um objetivo de pesquisa previamente acordado, mas ao contrário, a princípio, esta pesquisa nada pesquisava. Os próprios encontros nos despertaram para o não-óbvio, nos sensibilizaram para pousar a atenção (KASTRUP, 2007) em falas e perceber modos de vida das marisqueiras que escapam do mercado de produção de subjetividades em massa, em alta na contemporaneidade. Assumindo a reversão metodológica da cartografia, na qual a pesquisa não se inicia com regras já prontas, mas sim considerando os efeitos do próprio processo do pesquisar (ESCÓSSIA; KASTRUP; PASSOS, 2009), navegamos a “Mãe Maré”³ sem “terra à vista”, ensaiamos um pesquisar na imanência da vida, do vivido, do viver:

Tomem o que eu vi: pois o que eu via com um constrangimento tão penoso e tão espantado e tão inocente, o que eu via era a vida me olhando. Como chamar de outro modo aquilo horrível e cru, matéria-prima e plasmó seco, que ali estava, enquanto eu recuava para dentro de mim em náusea seca, eu caindo séculos e séculos dentro de uma lama – era lama, e nem sequer lama já seca, mas lama ainda úmida e ainda viva, era uma lama onde se remexiam com lentidão insuportável, as raízes de minha identidade. Tomem, tomem tudo isso para vocês, eu não quero ser uma pessoa viva! Tenho nojo e maravilhamento por mim, lama grossa lentamente brotando. (LISPECTOR, 2009, p. 56).

Os próprios encontros nos direcionaram, nos chamaram atenção para a presença de paradoxos nas falas das mulheres, as quais transitavam quase sempre pelas más condições de trabalho, ao tempo que frequentemente caíam na “terapia da mariscagem”, e os olhos umedeciam lembrando seus prazeres.

Fui criada comendo macaxeira, coco ralado, folha de aipim...Meu pai não tinha comida pra dar pra gente, que era 10 filhos. Meu pai era pescador, pescava de tarrafa porque não tinha condição de comprar rede.... Tenho escolaridade e o povo diz pra eu arrumar um emprego, mas prefiro ser marisqueira. (informação verbal)⁴.

³ “Mãe Maré” é a forma como uma marisqueira se referiu à maré, que diz ser uma forma corriqueira entre elas, pois é da maré que vem o sustento de famílias inteiras. A pergunta “O mangue vai acabar?” que complementa o título deste artigo também é de uma marisqueira.

⁴ MOVIMENTO DAS MARISQUEIRAS DE SERGIPE. **Rodas de conversa** [2018]. As falas em itálico neste texto são transcrições de áudios gravados durante as atividades do projeto, reunidas em banco de dados. Preferiu-se omitir o nome das marisqueiras, entendendo que quando elas falam todo um modo de vida coletivo se faz presente, transbordando experiências individuais.



**Michele de Freitas Faria de VASCONCELOS, Yasmin
Adriane Mendonça da ROCHA, Sandra Raquel de
Oliveira SANTOS.**

Como se debruçar sobre processos subjetivos de resistência e fazer pesquisa com um objeto de tal ‘natureza’? Nos permitir habitar conjuntamente os territórios de vida daquelas mulheres extrapola o ato de pisar em suas comunidades e locais em que exercem as atividades cotidianas, pois aqui, tais territórios não são entendidos como uma realidade dada que determinado sujeito ou grupo ocupa, num movimento de separação de paisagens e personagens, mas como um processo de composição mútua, em coemergência (ALVAREZ; PASSOS, 2009). Um território existencial se produz constantemente, sua habitação não se dá por captura e descrição do estado das coisas. Habitar um território existencial traduz-se em acompanhamento de processos, incessante captura incapturável de movimentos em transmutação (ESCÓSSIA; KASTRUP; PASSOS, 2009), (des)territorializações que carregam consigo os modos de vida e sentidos vinculados a ele (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Trata-se, pois, de pescar efeitos-subjetividade, numa experiência de narrar a força de vidas que insistem em poder mais do que sobreviver: *“É uma sobrevivência que não é só de comida, porque nós somos marisqueiras, é marido pescador, filho... tudo pesca”* (informação verbal).

O método cartográfico assumido nesta pesquisa diz respeito a esse movimento de acompanhar e compor com esses territórios, fazendo vacilar as formas instituídas (ESCÓSSIA; KASTRUP; PASSOS, 2009; PASSOS, KASTRUP; TEDESCO, 2014). Um método que não instaura uma hierarquia em que é preciso dominar o objeto de estudo para conhecê-lo, buscando descrevê-lo de fora, numa posição de suposta neutralidade. Pesquisar formas de resistência da subjetividade marisqueira não se tratou de uma observação neutra sobre o grupo, mas de, na articulação com ele, expor implicações, colocando-as em análise, entendendo que “cartografar é sempre compor com o território existencial, engajando-se nele” (ALVAREZ; PASSOS, 2009, p. 135). E, nessa composição, nos desprendermos da ideia que temos de nós mesmas: “a palavra é corpo e, na sua literalidade, conecta um grupo ao plano das forças” (POZZANA, 2014, p. 54). Composição de um território, corpo-coletivo.

Mantendo esses aspectos em vista, pudemos, coletivamente, meter o pé na lama, tendo duas ferramentas principais em mãos: cadernos e um gravador de voz, pois eram nas rodas de conversa que saltavam as principais pistas. A manutenção de um diário de campo possibilitou guardar em nossas memórias os “pormenores que apenas na aparência e à consciência apressada são irrelevantes” (BOSI, 2003, p. 63), ao passo



que o gravador de voz permitiu ouvir as falas das mulheres posteriormente e perceber a força das nuances, das hesitações, das reticências, bem como recordar de pontos esquecidos, de gestos que vinham articulados às falas.

Borrando um estar lá junto com “as nativas” e um escrever aqui sozinhas como “pesquisadoras”, o objetivo foi manter planos de análise coletivas por meio da criação de um território também coletivo de vida e de pesquisa. A ética desta pesquisa situa-se, pois, nesta composição: uma articulação entre mulheres, inclusive por meio da pesquisa, que comporta um resistir no fio da navalha de situar-se por entre vidas infames, vidas de mulheres que se forjam na lama. A infâmia que nos referimos aqui, tal como nos propõe Foucault (1992), não se aproxima de uma espécie de anti-fama; de vidas que são infames aparentemente apenas na medida em que deixaram abomináveis recordações, ou seja, continuam sendo existências gloriosas, ainda que o motivo da glória seja inverso daqueles considerados como de “grandeza humana”. Referimo-nos, em vez disso, a essas pessoas sem importância, vidas ínfimas, singulares, destinadas a não deixar rastro, “representadas” na dureza e frieza dos relatórios institucionais, que “já não existem senão por via das poucas palavras terríveis que estavam destinadas a torná-los indignos, para sempre, na memória dos homens” (FOUCAULT, 1992, p. 103).

O sombreamento/apagamento dessas vidas através desses relatos anedóticos implica, ao mesmo tempo, em lançar um feixe de luz sobre elas, ainda que momentâneo. Aquilo que arranca essas mulheres da escuridão da lama é, sem dúvida, o encontro com o poder. O poder que vigia essas vidas, que as persegue e as marca, suscita as poucas palavras que podem restar delas. O sonho de Foucault (1992), como ele próprio diz, era restituir a intensidade dessas existências, mediante análise dos documentos, produzindo uma antologia das existências. Pois bem, estamos diante do ponto mais intenso da produção da infâmia dessas vidas — onde elas se confrontam com o poder e “tentam utilizar-lhe as forças ou escapar-lhe as armadilhas” (FOUCAULT, 1992, p. 99). Colocamo-nos, então, o desafio lançado por esse pensador: “Estas vidas, porque não ir escutá-las lá onde elas falam por si próprias?” (FOUCAULT, 1992, p. 98).

Talvez ir escutá-las lá onde elas falam seja um modo de nos agenciarmos com linhas de fuga, de acessarmos juntas um plano coletivo de forças, tateando escapes à lógica prescrita do pesquisar para conhecer e controlar vidas humanas. O que ainda desejamos, essa é nossa linha de resistência: transformar para conhecer, pesquisar ensaiando escapar aos



**Michele de Freitas Faria de VASCONCELOS, Yasmin
Adriane Mendonça da ROCHA, Sandra Raquel de
Oliveira SANTOS.**

mapas linguísticos, políticos, epistemológicos do biopoder. Pesquisar retomando o corpo “naquilo que lhe é mais próprio, sua dor no encontro com a exterioridade” (PELBART, 2013, p. 31), seja ela social, animal, vegetal, salgada ou doce como as águas. E assim fazer do pesquisar uma

[...] tarefa ético-política irreduzível de qualquer tipo de intervenção que não se pretenda fascista: a prontidão à experiência de um encontro com a alteridade movente e, portanto, em estado de recomposição constante; encontro compreendido não como militância de uma causa transcendente qualquer, mas como prática intensificadora de uma arte geral de convívio marcado por nenhuma volúpia governamentalizadora e alguma porosidade à diferença e à variância que esse tipo de acontecimento pode nos provocar, ou ao que quer que a alteridade nos afete e nos faça descolar. Descaminhos da experiência de si, portanto. (AQUINO, 2011, p. 205)

A perspectiva foi – e ainda é - pesquisar com mulheres marisqueiras, conhecer seus modos de vida que se tecem num território híbrido entre cidade, campo e mangue; como enfrentam adversidades e conflitos (com o estado, a sociedade, seus companheiros, etc.); como produzem sentidos para suas experiências, individual e coletivamente, em particular as que decorrem da construção do movimento social e, com ele, de redes de cuidado, solidariedade e ajuda mútua, invenções de si e de mundos correlatos, ampliando em ato sentidos para a palavra mulher e para o trabalho artesanal. Ir escutá-las lá onde elas falam, compondo redes mestiças, molhadas, lamacentas, tecidas bem ali entre academia e mangue.



Figura 1: Mãos banhadas de lama, vida e luta pela Mãe Maré



Fonte: Núcleo de Educomunicação do Peac.

O poder como gestão da vida

Vivemos tempos de impregnação do poder no cerne da subjetividade e da vida, de uma forma nunca antes vista (PELBART, 2016). Uma forma de poder que se singulariza em intensidade, mas se diferencia, em especial, por funcionar segundo uma outra lógica, mais complexa e difusa, que penetra o corpo pelos poros, atinge os mais amplos aspectos da vida, produz indivíduos (PELBART, 2016) e os fazem reproduzi-la inconscientemente (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Situamos num sistema de produção capitalista que produz não só mercadorias a serem consumidas, mas principalmente subjetividades, modos de vida, modos de perceber a vida e a si mesmo, de ser feliz ou de sofrer (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Nos encontros com as mulheres, esse modo capitalístico de produção de subjetividades não deixou de surgir nas falas, através dos discursos hegemônicos naturalizados, que iam na direção de um padrão de beleza almejado, ou da naturalização de uma lógica de relacionamentos



**Michele de Freitas Faria de VASCONCELOS, Yasmin
Adriane Mendonça da ROCHA, Sandra Raquel de
Oliveira SANTOS.**

amorosos atravessados pelo machismo; lógica reconhecidamente androcêntrica e, portanto, assimétrica em termos de relações de poder homem-mulher. Colocamo-nos num movimento de tentar compreender as particularidades desses mecanismos de poder que tomam, conduzem, produzem modos de vidas, para então nos engajarmos em linhas de fuga.

Com Foucault (1999) aprendemos que, a partir do século XVII, com o aparecimento de novas práticas sociais e modalidades de relações econômicas e políticas, começa a funcionar uma nova economia de poder, denominada “biopoder”. Não mais um poder puramente repressivo, que visa barrar as forças, submetendo-as ao soberano, mas, ao contrário, dirige-se a reforçar, organizar, otimizar e controlar tais forças. Um poder sustentado no gerenciamento da vida, funcionando por meio de dois níveis de atuação: as disciplinas e os controles reguladores, sendo a disciplina referida aos indivíduos e os controles reguladores referidos à população; ou melhor, fazendo surgir indivíduos e população numa tecnologia de duas faces, que caracteriza um poder cuja função já não tem mais como cerne sua potência de morte, mas o investimento na vida.

À forma moderna de adestrar os corpos, mas não para negá-los ou explicitar uma forma de autoridade, e sim sob o objetivo de tornar tais corpos mais eficientes, previsíveis e obedientes, Foucault (1999) deu o nome de disciplina, a anátomo-política do corpo humano. Gradativamente, a disciplina se tornou uma fórmula geral através dos mais diversos estabelecimentos, como conventos, exército, escolas, prisões. E foi a partir dessa forma institucionalizada e da organização da polícia que foi possível a generalização da vigilância, a fabricação de uma sociedade disciplinar, composta pela fabricação de corpos-dóceis (FOUCAULT, 1999). Não mais se trata de punir para coagir os súditos, como no caso da estratégia do poder soberano, mas de lançar mão de uma vigilância punitiva, utilizando-se de mecanismos de normalização. Adequar tudo aquilo que fuja à norma de um modelo de trabalho produtivo. A tal preservação da vida nasce, portanto, na aurora da modernidade, articulada a um forte componente moral na produção de condutas trabalhadoras, exploradas, docilizadas, emocionalmente estáveis e equilibradas. Em outros termos, os mecanismos disciplinares garantem a sujeição dos corpos a um modo específico de condutas e maneiras de se relacionar, a um recorte específico de família, de controle policial, de disposição das cidades etc. (FOUCAULT, 1999, 2005).

No entanto, não foi apenas no nível individual do corpo-máquina que as raízes do biopoder puderam se fixar. Já no século XVIII, gesta-se o



segundo nível de atuação do biopoder: a biopolítica e os controles reguladores, que lidam não mais com o corpo-máquina, mas com o corpo-espécie. São mecanismos mais amplos, do social, que têm como foco os fenômenos biológicos, da ordem das doenças, da natalidade, da mortalidade. Ainda se trata de produzir a vida, mas de coletividades. O poder da norma sobre o corpo-espécie utiliza critérios médicos, não de disciplina, mas de regulamentação (FOUCAULT, 1999, 2005). É a atuação do Estado na regulamentação de processos biológicos como a longevidade, as epidemias, as migrações e imigrações, tudo isso através de sistemas como, por exemplo, seguros de vida, instruções de higiene que prometem a longevidade, obrigação de garantir uma forma específica de educação às crianças. As próprias políticas públicas, ao delimitar critérios para poderem ser acessadas, são modos de regulamentar os corpos, pois ditam formas de vida a serem seguidas pela população para a obtenção de direitos.

Assim, no interior da economia do biopoder, onde o que se quer é a manutenção e maximização da vida produzida entre Estado e mercado, o velho direito de morte do soberano em prol da defesa de sua vida passa a manifestar-se na expansão para a manutenção e desenvolvimento da vida de todo o corpo social. As guerras, como modo de exercício político, passam a pautar, paradoxalmente, a conservação de determinada população, e não mais unicamente a defesa da vida do soberano. Milhares de vidas são aniquiladas sob o discurso de proteção da própria vida. De que forma tal contradição poderia ser sustentada, reafirmada e reproduzida por centenas de anos e bilhões de indivíduos? Como a contradição de aniquilar milhares de vidas nas guerras sob o discurso de proteção da vida poderia ser sustentada?

O princípio: poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, tornou-se princípio de estratégia entre Estados; mas a existência em questão já não é aquela — jurídica — da soberania, é outra — biológica — de uma população. Se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos, não é por uma volta, atualmente, ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população. (FOUCAULT, 1999, p. 128)

Na leitura sobre o biopoder feita por Mbembe (2018), ele acentua seu funcionamento em termos de práticas divisoras entre as pessoas que devem viver e que devem morrer. Lidar com esse aparente paradoxo de políticas de incitação da vida e, ao mesmo tempo, genocidas, implica em



**Michele de Freitas Faria de VASCONCELOS, Yasmin
Adriane Mendonça da ROCHA, Sandra Raquel de
Oliveira SANTOS.**

pensar na discussão acerca do racismo de Estado, apresentado por Foucault (2005) no curso “Em Defesa da Sociedade”, em que sua análise do racismo extrapola os limites das perspectivas étnicas para pensar numa razão de Estado apoiada numa centralização absoluta do poder político e numa padronização unificadora dos modos de existência.

Nesse sentido, o extermínio de determinados povos está diretamente relacionado a um processo civilizatório moderno e não é um subproduto indesejado dele. O racismo aparece, portanto, como uma espécie de cesura biológica que distribui a espécie humana em grupos, produzindo a noção ficcional do inimigo, sua emergência e exceção para além dos campos de concentração. Para ele, o racismo, em termos foucaultianos, é, acima de tudo, uma atualização do velho direito de matar soberano, desenvolvida como tecnologia que viabiliza o exercício do biopoder.

Ainda para entendermos a face *tánathos* do biopoder é importante assinalar que, após a segunda metade do século XX, o modo de produção capitalista entrou em uma crise estrutural a nível global (KURZ; BARBOSA, 1999). Na fase de ascensão do capitalismo — entre os séculos XVI e XX — houve o movimento de assimilação da mão de obra das massas populares que se aglomeravam em volta das fábricas. Com a busca pelo aumento dos lucros através do maior investimento em maquinaria em detrimento da mão-de-obra humana, processo conhecido por trabalho morto (MARX, 1988), passamos a ver o trabalho humano ser cada vez mais dispensável ao sistema. Isso leva à expulsão dessas massas humanas, antes assimiladas pelas fábricas, para o desemprego e periferias da cidade. São essas mesmas massas que, posteriormente, serão jogadas em presídios e perseguidas pelas forças policiais. Segundo Hilário (2016), “na época atual do capitalismo, já não se trata mais de assimilação nem de expulsão, porque o sistema passa a se desfazer das massas humanas em larga escala” (HILÁRIO, 2016, p. 202).

Como forma de gestão política, esse descarte articula-se ao que Mbembe (2018) denominou necropolítica, que possui como estratégia básica a aniquilação em larga escala dos sujeitos cujo trabalho tornou-se desnecessário ao atual sistema em crise. Os direitos conquistados ao longo da História rapidamente são retirados para garantir o lucro das empresas e as crises acontecem cada vez com maior frequência, o que torna a necropolítica a forma de poder compatível com o colapso do capitalismo, por tentar mantê-lo firme num momento em que é inegável o seu colapso (HILÁRIO, 2016).



A política de morte perpetrada pelos aparatos policiais do Brasil parece constituir a paisagem da necropolítica atual em vigência na periferia do capitalismo no quadro da crise mundial contemporânea. Com o colapso do desenvolvimentismo para essas nações periféricas, bloqueando, portanto, qualquer transição para uma autonomia nacional, a tarefa da ordem do dia parece ser a de controlar à força os territórios para os quais já não existe futuro promissor. (HILÁRIO, 2016, p. 208)

Quando Mbembe (2018) se refere ao racismo de Estado pensado por Foucault e afirma que “na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2018, p. 18), ele apresenta uma importante chave de leitura para pensar as estratégias necropolíticas das tecnologias modernas de poder sobre o corpo. Mas também consideramos relevantes seus aspectos de incitação da vida para pensar os processos de subjetivação contemporâneos num aprofundamento da lógica ultraliberal, que atravessa os (nossos) modos de existência.

Em articulação à perspectiva de necropolítica de Mbembe (2018), podemos pensar o modo de funcionamento social denominado por Deleuze (1992) de Sociedade de Controle. Nesta, há um declínio dos meios de confinamento presentes nas sociedades disciplinares (escola, hospital, fábrica, família). Não se aposta mais em mecanismos fechados de controle, como o enclausuramento, a ordenação rígida no tempo, as moldagens de forma geral. Pelo contrário, investe-se em “formas ultrarápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado” (DELEUZE, 1992, p. 220), o que não quer dizer que sejam menos duras que elas. No sistema prisional, o uso de coleiras eletrônicas permite o cumprimento da pena fora do confinamento da prisão, mas nem por isso deixa de controlar os corpos, à medida em que os força a ficar em casa em determinados horários e delimita as distâncias que se pode circular. Nas escolas, há a quebra de uma disciplinarização pautada na hierarquia, mas ainda assim permanecem as avaliações contínuas de conhecimentos específicos e exigência de comportamentos compatíveis com a norma, agora empresarial, da escolarização. A substituição do hospital como confinamento pelo atendimento a domicílio e consultas médicas de rotina não garantiu a liberdade dos sujeitos sobre os seus corpos, mas integrou novos mecanismos de controle comparáveis aos confinamentos, apenas pertencentes à outra lógica, que não é mais de moldes, mas de modulações em constante mudança (DELEUZE, 1992).



**Michele de Freitas Faria de VASCONCELOS, Yasmin
Adriane Mendonça da ROCHA, Sandra Raquel de
Oliveira SANTOS.**

A sociedade do controle sustenta-se no poder em forma de rede, o que o livra de esbarrar em limites e garante a interpenetração nos espaços. Não há mais uma organização fechada no tempo e nas instituições, mas um tempo e “liberdade” contínuos no qual os indivíduos são sempre prisioneiros em regime semiaberto, submissos a um poder que não é hierárquico e localizável, mas impessoal e difuso. Basta tomar a atual tendência do trabalho imaterial, do trabalho como atividade produtiva do grupo, realizada por meio de sua inteligência, criatividade, vitalidade.

Numa configuração de capitalismo rizomático, conforme definição de Deleuze e Guattari (1995), o poder não é facilmente identificável, pois está dissolvido entre os indivíduos. É verdade que o capitalismo não poderia ter se desenvolvido sem uma sociedade disciplinar, sem a produção de corpos disciplinados para produzir e sem o controle dos fenômenos populacionais que permitia o ajuste aos processos econômicos (FOUCAULT, 1999). Agora, são também os mecanismos de poder que permitem o funcionamento de um Capitalismo Mundial Integrado, disperso e dispersivo, como uma fábrica que cede lugar à empresa (DELEUZE, 1992), ou ainda, que parece inserir tudo o que toca dentro de uma lógica empresarial, inclusive nossas subjetividades. Nas últimas décadas, instaurou-se um modo completamente inovador de relação entre o capital e a subjetividade (PELBART, 2016)

O serviço de vendas tornou-se o centro ou a "alma" da empresa. Informam-nos que as empresas têm uma alma, o que é efetivamente a notícia mais terrificante do mundo. O marketing é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente dos nossos senhores.... O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado. É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas. (DELEUZE, 1992, p. 222)

Através de redes moduláveis, o poder expande seu alcance e penetra fundo nos corpos e vida dos sujeitos. Vida esta que significa não mais uma composição de processos biológicos, mas o próprio desejo, afetividade, cooperação, inteligência dos sujeitos (PELBART, 2016). O aparente fim da lógica hierárquica não deve ser comemorado, pois é exatamente sua capacidade de emergir de baixo, dos próprios sujeitos, de forma democrática e horizontal, articulando-se à heterogeneidade e



singularidades, que torna tal funcionamento de poder-sujeição tão naturalizado e difícil de combater. É um sistema interiorizado e replicado pelos próprios sujeitos (PELBART, 2016) que leva os modos de vida humanos em uma direção à progressiva deterioração, repetição.

Os processos de deterioração da vida implicam em pensar a morte não apenas como morte biológica. Assim, para fazer pensar o biopoder em sua face contemporânea, talvez seja preciso, com Pelbart (2013, p. 26) pensar: quem está realmente vivo hoje? Se o biopoder se encarregava de fazer viver e deixar morrer; ele “já não se incumbe de fazer viver nem de deixar morrer, mas de fazer sobreviver. Ele cria *sobreviventes*. E produz a *sobrevida* [...] produzir um estado de sobrevida biológica, reduzir o homem a essa dimensão residual, não humana, vida vegetativa”. Mais adianta o autor fala de uma “mortificação sobrevivencialista, seja através do estado de exceção, seja na banalidade cotidiana” (PELBART, 2013, p. 30)

Na mesma direção de um poder em aliança com a morte, da pluralidade das formas de vida, bem como sua capacidade de pluralizar, desfaz-se o paradoxo de políticas genocidas como constitutivas das políticas de incitação da vida. Estas últimas — sim, elas mesmas, as de incitação da vida —, dependem de uma espécie de pavimentação do terreno da diferença e, portanto, implicam em extermínio. São — ou pelo menos podem funcionar em alguma medida, em algumas circunstâncias como — genocidas. Nesse sentido e diante das análises feitas até aqui, que levam em consideração tanto as estratégias biopolíticas como o funcionamento de uma sociedade de controle, cabe ainda pensar em formas outras de extermínio: o etnocídio (CLASTRES, 2014).

Essa forma de extermínio aponta não apenas para a destruição física dos homens (que estaria restrita à forma genocida), mas também para a destruição da cultura, de modos de vida e pensamento dos povos considerados diferentes. Consideramos esta uma importante ferramenta de análise na medida em que Clastres (2014) ressalta que os etnólogos formularam esse conceito para “dar conta” da realidade indígena da América do Sul, na medida em que estes povos, segundo ele, são alvos das duas estratégias simultaneamente, genocídio e etnocídio. Ambas têm uma perspectiva idêntica acerca do Outro, qualificado como diferença; má diferença. Distinguem-se no tratamento dado a essa diferença na medida em que o genocida entende o Outro como absolutamente mau e, portanto, precisa negá-lo, suprimi-lo. Já o etnocida relativiza o mau presente nessa diferença, admitindo a possibilidade de melhoramentos, transformando-



**Michele de Freitas Faria de VASCONCELOS, Yasmin
Adriane Mendonça da ROCHA, Sandra Raquel de
Oliveira SANTOS.**

os até que se tornem idênticos ao modelo imposto. O indígena, pode, portanto, tornar-se um cidadão brasileiro e a marisqueira uma empreendedora da pesca artesanal.

Em suma, somos consumidores de formas de vida, fômas subjetivas. É-nos vendido a todo momento não apenas modos de se vestir, mas toneladas de subjetividade: formas de pensar, de sentir, de se revoltar (PELBART, 2016). Somos indivíduos normalizados, fabricados por uma cultura de massa (GUATTARI; ROLNIK, 1996), com subjetividades que se encontram nas prateleiras dos mercados a preço menor que o marisco desvalorizado das marisqueiras. É nesse sentido que se pode afirmar que o poder numa Sociedade de controle, num capitalismo cultural, na sociedade do espetáculo, na economia imaterial, utiliza-se e alimenta-se da vida. Não apenas porque penetra e percorre todas as suas instâncias, seja cognitiva, biológica, ou afetiva, mas principalmente porque esse mecanismo é reproduzido por cada um dos sujeitos vítimas e algozes dessa vampirização, em um movimento de “produção e a reprodução da vida ela mesma” (PELBART, 2016, p. 60). Essa grande fábrica, ou melhor, essa potente empresa localizada dentro de uma máquina capitalística ainda maior, possui o monopólio de produção das subjetividades, que já não se limita às suas manifestações conscientes, mas alcança também o plano do inconsciente, do que se deseja, sonha, devaneia, ama ou odeia (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Como, então, possibilitar linhas de fuga às formas de sujeição consumidas a todo o momento na sociedade do controle? Como encontrar formas de insubordinação, “estratégias de reativação vital, de constituição de si, individual e coletiva” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 16) numa sociedade da aniquilação em larga escala de sujeitos invisibilizados e dispensáveis, de vidas infames? Como nos movimentar com mulheres tendo essas perguntas como âncoras para ter a coragem de forjar corpos e subjetividades outras, outramentos?

Sobre (re)existências forjadas na lama

Aqui situamos o coletivo de mulheres com o qual nos articulamos. Caminhos no mundo marcados pelo signo “mulheres”, e sob esse signo muitas tiveram seus corpos violentados, esfaqueados, algemados pelos seus próprios parceiros, estuprados nos mangues, ameaçados com armas pelos guardadores de cercas impostas pelos grandes empreendimentos nas águas...



Ele chegava em casa e achava que tinha que me agredir.... E fora a faca que entrou, no meu pulmão, meu intestino. Eu tava grávida para o mês. Isso foi... É muito ruim.... E não é só violência com faca, uma mordida, um estupro... É mais palavras, né? Ofendendo. “Você não presta, você é uma vagabunda” Me desculpa o termo, mas é isso mesmo que acontece. “Você nunca vai conseguir fazer nada. Quem você é? Você só é por causa de mim” Ele e várias pessoas sempre falava assim. (informação verbal)

Caminhos no mundo marcados pelo signo de trabalhadoras artesanais num contexto de desvalorização da artesanaria da vida: muitas horas de trabalho diárias entre trabalhos de casa, catar sururu, ostra, aratu, preparar os mariscos para a venda. Trabalho artesanal e trabalho de mulher: trabalho desvalorizado. Caminhos no mundo marcados pela invisibilidade. A mariscagem como profissão, profissão de mulher, não é reconhecida como trabalho formal (a do catador de caranguejo o é). Ou seja, marisqueiras como marisqueiras não têm acesso a direitos previdenciários, por exemplo. “*Quantas mulheres entre nós ainda têm vergonha de se assumir marisqueira, quilombola, negra, seus cabelos? Há alguns anos atrás quem batia no peito e dizia “eu sou marisqueira”?*” (informação verbal).

Caminhos imundos marcados pela vergonha... Sem se dizer marisqueira e sim dona de casa, nos serviços de saúde seus problemas tendem a ser dissociados das questões laborais. E os problemas de saúde decorrentes da lida no mangue são muitos: questões ginecológicas por conta das muitas horas de imersão na lama quente; questões respiratórias por conta do gás que usam para espantar mosquitos; lesões por esforços repetitivos, câncer de útero, cortes nas mãos e nos pés. Agravos de saúde que se agravam pela degradação ambiental. Nos espaços urbanos, os mangues estão desaparecendo, os mariscos estão em escassez e elas precisam ficar ainda mais tempo imersas na lama para conseguir sobrevivência. Além disso, alguns cortes dizem respeito a objetos que não seriam dos mangues como, por exemplo, latas enferrujadas, restos de arames farpados.

Caminhos num mundo assolado pelo capital, num contexto de necropolítica, mundo de desigualdades sob o risco cotidiano de expropriação de seus territórios ancestrais de vida e seus modos de viver. Em Sergipe, por exemplo, com a prática legalizada da carnicultura⁵, a

⁵ Carnicicultura: instauração de viveiros de camarão por grandes corporações que vêm “de fora” para exportação, desmatando mangues, poluindo os rios com produtos químicos altamente degradantes,



**Michele de Freitas Faria de VASCONCELOS, Yasmin
Adriane Mendonça da ROCHA, Sandra Raquel de
Oliveira SANTOS.**

especulação imobiliária, a urbanização e a industrialização, os mangues estão sendo desmatados e cercados, sob a justificativa de um suposto “progresso” que parece nunca efetivamente chegar: *“Pra eles uma beleza, pra gente uma desgraça... Depois da instalação da fábrica de jeans, a quantidade de peixes, aratu, siri mortos no rio e dentro do mangue era de chorar lágrimas de sangue”* (informação verbal).

Lugares ancestrais transformados em lugares privados, vendidos pela força ideológica do argumento do desenvolvimento, do emprego, do progresso, de uma cidadania da sujeição, de um constante sujeitar-se às normas estatais e mercadológicas. Promessas de emprego, melhoria de vida, justificam a instalação de grandes empreendimentos e avanços sobre os territórios. Tornar uma comunidade desenvolvida, mas a partir de que parâmetros? “Em pleno século XXI há mulher se embrenhando na lama para pegar comida?”, poderiam questionar. No limite, estamos falando de um processo de extermínio contra comunidades tradicionais em curso em toda América Latina. Nas terras do antigo cacique Serigy (Sergipe) não tem sido diferente: apropriação e expropriação do movimento da vida. Territórios de vida transformados em territórios de morte, de fome, de sofrimento, de miséria, de sobrevivência.

A empresa vem e destrói tudo, as casas de veraneio, os condomínios vêm e destrói tudo. O mangue é vida, é de onde a gente tira o nosso sustento, e muito deles comem o que a gente pega mas continuam fazendo isso aí... Eu vivi isso. Jagunços dizendo que a gente não podia mais ficar ali. Tivemos de deixar nossas casas e dormir na mata com nossos filhos. Morreu gente. O pobre não tem direito ao mangue e nem à sobrevivência (informação verbal)

Luta de mulheres alinhavada por outras lutas em várias escalas: luta por seu espaço (político) não se restringir ao interior de suas casas; luta para que suas casas não sejam locais de violência e violações; luta para que o trabalho doméstico seja dividido, luta contra a individualização do cuidado, com absoluta sobrecarga das mulheres; luta por terra, luta pelo acesso às águas, luta pela manutenção de seus territórios de vida e suas formas de viver a vida, luta pela sobrevivência de todo um ecossistema de vida, um modo de ver e sentir o mundo. Lutar para não se deixar morrer.

matando e cercando os mangues, proibindo o trabalho dos povos tradicionais. “Eles vêm arrendam a terra e tiram a vida do pessoal da região”. “*Carcinimorte*”, como uma catadora de mangaba disse, “*porque de cultura não tem nada*”.



Antes meu marido reclamava e até chegou a me bater porque eu vinha me encontrar com vocês. Hoje, ele entende que isso não é passeio, mas sim luta por melhores dias. Na manifestação de Brasília, eu cozinhei para mais de 300 pessoas. Saí na rua com a polícia do lado (informação verbal)

Tem sofrimento, mas também tem a poesia do mangue

Eram mulheres sem nome. Elas não tinham nome porque não tinham. Mesmo que as chamassem de algum nome. Ter nome é ter um contorno de pessoa que possa caber, e elas não cabiam.... vazavam pelas bordas e pelo meio. Desde sempre dançavam samba de côco, samba de parêa, samba de umbigada, samba de roda, samba de mulheres. Nas tardes, quando o vermelho do entre a noite e o dia invadia seus corpos, elas se moviam, indecentes. Porque tudo que escorre é obsceno. E elas escorriam. Como os seres sem nome das beiras líquidas sem contorno. Então se contornavam naquilo que queriam que elas fossem. E foram tantas coisas estranhas às suas dispersas pessoas que nem mais lembravam. Quando acordadas, quero dizer, quando em acordo com algum sentido, elas mesmas acreditavam na composição provisória que se haviam proposto. E obstinavam um contorno que independesse dos seus dispêndios cotidianos. E que fosse fácil. Elas que brotaram do meio. Elas haviam germinado no entre das coisas. Naquele lugar limite entre o sentido e a ausência. Entre o nome e o fluxo. Pessoas são características que se pretendem fixas. E ela[s] mar. E vento. E árvore. E casa. E armas. E letras impressas no papel. Acho que no fundo gostavam de escapar de tudo que quisessem comprometê-las. Elas se achavam soltas no ar contra aquilo que as impedia e as libertava e a vida parecia ser mesmo assim. Sem forma própria, a não ser a que as coisas adquiriam quando em contado com a vontade de fazê-las firmes e canônicas. Conceituais mesmo. Como pedras. Tijolos. Utensílios. Palavras, que no início palavras, mas depois prédios e configurações que se erguiam na direção do que não poderiam jamais. Verter a vida em quadros. Como se neles coubesse. E nada mais. No entanto a força vibrante e alegre da vida pede passagem. Ei, elas disseram. Existimos aqui! (MOSÉ⁶, 2006, p. 48-49)

Num contexto de sobrevida e aniquilação dos corpos, em que a palavra mulher prossegue articulada à subalternização e violação, o agenciamento com essas mulheres apresentou-se enquanto uma potente

⁶ Pedimos licença a Viviane para molhar sua poesia com gotas plurais e nordestinas.



**Michele de Freitas Faria de VASCONCELOS, Yasmin
Adriane Mendonça da ROCHA, Sandra Raquel de
Oliveira SANTOS.**

linha de desvio aos modelos de subjetivação já prontos que somos empurradas a consumir, assim como luta coletiva diretamente contra a retirada de direitos e negação das suas formas de existir no mundo. Luta-afirmação de um modo de vida coletivo e formas de ser e se dizer mulher contrárias a tudo o que diariamente vemos nas novelas, revistas e tantas outras mídias. Fareja-se uma forte possibilidade de resistência ao capitalismo contemporâneo em crise e a degradação das relações em geral causada por ele (GUATTARI, 1990): a articulação entre o enfrentamento em busca de suas condições objetivas de vida e a difusão de comportamentos resistentes e singulares (NEGRI, 2003), com o desejo como guia das ações, da potência de criar do coletivo humano, das relações de cooperação na comunidade, da composição entre mulheres.

Quando o riacho tava cheio, eu e meus irmãos gostava de mergulhar escondido... porque a gente era pra ir pra maré e não tomar banho, nem molhar o cabelo, que nós não sabia nadar. Mas só que vocês sabem que menino, né... Nós se juntava com a turminha e só ia pro mangue quando a maré tava cheia, que era pra mergulhar e pra quando fosse a hora de entrar pro mangue, já ter tomado banho, o cabelo já ter escorrido a água, pra dar tempo de correr o mangue todinho e quando chegar em casa estar seco. Era gostoso demais!

Sou marisqueira desde os oito anos de idade. Vivo do mangue, trabalho no mangue. O patrão nosso é Deus! A gente vai no dia que quer, se for hoje e não quiser amanhã a gente não vai. A gente sabe que eles estudando eles vão ter patrão, vão ser mandado, vão ser dominado. Mas a gente almeja uma coisa melhor pra eles porque é pesado o serviço do mangue.

Deixo meu filho e meu marido em casa pra ir pra luta!

Um profissional me perguntou como você pode ser marisqueira se tem digital, se suas mãos e pés são limpos.

Eu me amo fofinha, estando fofinha, com as minhas gordurinhas. Tem homens que dizem assim: “seus olhos são lindos, seu rosto...” E eu digo “não, eu sou toda linda!” Gordinha assim, mas toda linda. (informação verbal)

No grupo de mulheres com o qual compomos — e nos compomos — encontramos modos próprios de relação com o meio ambiente, com os seus corpos e com as demais pessoas. Negando a lógica machista que contamina as relações atuais, essas mulheres deixam suas casas e, unidas, vão à luta. Contrariando o estereótipo de marisqueira como mulher suja,



e apesar de consumirem diariamente nas novelas um padrão de beleza destoante dos seus, essas mulheres davam aula de autovalorização. Negando a submissão a uma forma de trabalho assalariado pautado na hierarquia e desvalorização do trabalhador, resistem na mariscagem, apesar da tentativa de extermínio das comunidades costeiras pelas grandes empresas de petróleo e apesar de não serem visibilizadas pelo Estado como classe trabalhadora. Movimentos corporais de insubordinação e reinvenção das formas de existir no mundo! *“Tem sofrimento, mas também tem a poesia do mangue”* (informação verbal).

Considerações finais

No desenvolvimento das ações do projeto, aprendemos com as marisqueiras tanto quanto pudemos colaborar com elas. Desenvolvíamos ações político-formativas que iam na direção da organização política e afirmação de um movimento social, a fim de potencializar a organização de base nas comunidades abrangidas. No entanto, o próprio processo de formação de luta revelou diversas outras formas de lutar que não precisavam ser apresentadas àquele coletivo. Quando nos retirávamos de seus territórios e retornávamos para casa, quando já não estávamos propondo atividades e rodas de conversas, elas permaneciam lutando. Quando mantêm os seus modos de existir no mundo apesar de toda a degradação e expropriação dos seus territórios de vida pelo “progresso” capitalista, elas resistem, insistem, existem ali.

Os encontros nos revelaram um caminho para uma outra forma de resistência que não se esgota na organização do Movimento de Mulheres Marisqueiras e que não é feita em antagonismo a ela. É o dobrar de uma fita que revela um outro lado desconhecido desta, mas que não a torna uma coisa distinta, não assume os lados conhecidos como falsos, mas abre espaço para análises diversas e para uma complexidade compatível com a complexidade natural aos fenômenos e processos da vida. Nesse sentido, falar da resistência da subjetividade marisqueira no grupo que acompanhamos não deve ser entendido como negligenciar a explicitação das contradições capitalistas sofridas por elas, que com frequência se mostraram presentes. É, pelo contrário, atentar-se para formas de resistências outras que não apenas a do confronto direto, da reação, do posicionar-se contra. É torcer a própria noção de resistência, permitindo-nos direcionar um olhar de espreita também para o micro, “ali onde o macropolítico não pega, e onde acreditamos estar a mais potente



Michele de Freitas Faria de VASCONCELOS, Yasmin Adriane Mendonça da ROCHA, Sandra Raquel de Oliveira SANTOS.

força de resistência e subversão aos mecanismos de poder contemporâneos” (NEGRI, 2003, p. 129-130): afirmação da vida, da expansão da vida, do seu movimento, da sua poesia, da sua força de outrar-se, num movimento de ir dando forma à vida.

Nesse sentido, podemos dizer que o planejamento de uma atuação ‘pedagógica’ com elas ecoou e vergou-se em luta diária de mulheres, tecendo um território de habitação coletiva entre acadêmicas e marisqueiras, mulheres na luta pela expansão da vida. Ensaios de um modo de pesquisar, de lutar, um modo de fazer com que certas frases já não possam ser ditas e certos gestos já não possam nos ser dirigidos sem pelo menos alguma hesitação, outra lição foucaultiana. Bem ali onde o manguê vira cidade em nome do desenvolvimento, a cidade vira manguê pela gira entre mulheres em nome da vida e do viver. A Mãe Maré, inunda, rebenta represas. A Mãe Lama nos forja outras, interventoras e inventoras de nós, de laços mestiços no mundo do manguê.

Figura 2: Empunhando a bandeira do Movimento das Marisqueiras de Sergipe



Fonte: Núcleo de Educomunicação do Peac



Referências

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. *In: ESCÓSSIA, L.; KASTRUP, V.; PASSOS, E. (org.). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.* Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 131-149.

AQUINO, J. G. A governamentalidade como plataforma analítica para os estudos educacionais: a centralidade da problematização da liberdade. *In: CASTELO BRANCO, G.; VEIGA-NETO, A (orgs). Foucault: filosofia & política.* Belo Horizonte: Autêntica, p. 195-211, 2011.

BOSI, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CLASTRES, P. *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política.* São Paulo: Cosac Naify, 2014.

DELEUZE, G. *Conversações.* São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G., GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.* Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976).* São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: a vontade de saber.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder.* Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. v. 4.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. *In: FOUCAULT, M. O que é um autor.* Lisboa: Passagens, 1992, p. inicial-final.

GUATTARI, F. *As três ecologias.* 11. ed. Tradução: Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Cartografias do desejo.* 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.



HILÁRIO, L. C. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. *Sapere Aude*, Minas Gerais, v. 7, n. 13, p. 194-210, 21 jun. 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/index>

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia & Sociedade*, Pernambuco, v. 19, n. 1, p. 15-22, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n1/a03v19n1.pdf>

KURZ, R.; BARBOSA, K. E. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

LISPECTOR, C. *A paixão segundo G.H.* Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MARX, K. *O capital: crítica de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1988. v. 1.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOSÉ, V. *Toda palavra*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

MOVIMENTO DAS MARISQUEIRAS DE SERGIPE. *Rodas de conversa* [2018]. Banco de dados em áudio do Projeto de Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras, PEAC/SE.

NEGRI, A. *Kairós, alma venus, multitud*. Tradução: Orlando dos Reis e Marcello Lino. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PASSOS, E., KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

PELBART, P. P. *O avesso do nihilismo: cartografias do esgotamento*. São Paulo: n-1 edições, 2013.

PELBERT, P. P. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2016.



POZZANA, L. A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade. In: PASSOS, E., KASTRUP, V.; TEDESCO, S. *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 42-65.

VASCONCELOS, M. F. F.; CARDOSO, L. R.; FELIX, J. Por uma educação obscena a desfocar nossos corpos de hipo mulheres. *Educação em Revista*, 34, p. 1-20, 2018. <https://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e177614.pdf>

Madre Marea, el mangle terminará? Procesos de producción de la subjetividad marisqueira

RESUMEN. Resumen. El artículo es el resultado de una investigación que se gesta por dentro del sub-proyecto de extensión Fortalecimiento Sociopolítico de las Marisqueiras de Sergipe, parte del Programa de Educación Ambiental con Comunidades Costeras (Peac-SE). El objetivo central del subproyecto consiste en fortalecer sociopolíticamente el Movimiento de las Mujeres Marisqueiras de Sergipe (MMS). El estudio se desarrolla a través de un proceso de vivienda de un territorio colectivo, en defensa de territorios de vida tradicionales y de la vida de las mujeres, en particular, de la vida, de la vida y de la vida de las marisqueiras, que ven sus territorios existenciales cotidianamente amenazados por emprendimientos capitalistas. La investigación, de inspiración etnográfica y cartográfica, utilizando los procedimientos del diario de campo y grabación en audio de ruedas de conversación, mira en los procesos de invención de la vida cotidiana de las mujeres en el mundo del manglar, con énfasis en las tácticas y estrategias de reexistencia por ellas protagonizadas. La perspectiva es de investigar con mujeres marisqueiras, conocer sus modos de vida que se tejen en un territorio híbrido entre ciudad, campo y manglar; como enfrentan adversidades y conflictos (con el estado, la sociedad, sus compañeros, etc); como producen sentidos para sus experiencias, individual y colectivamente, en particular las que se derivan de la construcción del movimiento social y, con él, de redes de cuidado, solidaridad y ayuda mutua, invenciones de sí y de mundos correlatos, ampliando en acto sentidos hacia la palabra mujer y para el trabajo artesanal.

PALABRAS CLAVE: Marisqueiras. Cotidiano. Territorio. Resistencia.

Michele de Freitas Faria de VASCONCELOS

*Professora Adjunta do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe
Universidade Federal de Sergipe*

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9013-6352>

E-mail: michelevasconcelos@hotmail.com

Yasmin Adriane Mendonça da ROCHA

Graduanda em Psicologia da UFS. Foi bolsita do PEAC pelo Projeto de Fortalecimento das Marisqueiras.

Universidade Federal de Sergipe

E-mail: yasminrocha23@hotmail.com

Sandra Raquel de Oliveira SANTOS

Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe

Universidade Federal de Sergipe

E-mail: sraquel.oliveira31@gmail.com

Recebido em: 06/04/2020

Aprovado em: 27/01/2021